



MR 007. Acadêmicos(as) indígenas: contracolônização, desobediências políticas e epistêmicas

Coordenador(es):

Florêncio Almeida Vaz Filho (Ufopa)

Participantes:

Gersem José dos Santos Luciano (UFAM)

Joziléia Daniza Jagso Inacio Jacobsen Schild (UFSC)

Auricelia dos Anjos Fonseca (UFOPA)

Felipe Sotto Maior Cruz (UnB)

A resistência indígena frente à colonização iniciou com a chegada dos primeiros europeus. Xamãs e caciques lideraram desobediências abertas contra os regimes das missões, das vilas e do trabalho escravo. Frente às derrotas militares e ao genocídio indígena, vieram as estratégias mais discretas, inclusive a invisibilidade. Desde então, a história indígena nas Américas tem sido marcada por processos de afirmação étnica, pela defesa dos territórios, pela luta por uma educação intercultural e por direitos, dentro dos Estados Nacionais. Hoje, vemos a inserção de milhares de indígenas no ensino superior, reforçando as iniciativas dos seus povos em favor de direitos e autonomia. Esta atuação encontra sérias barreiras que somente podem ser superadas com rupturas ideológicas e transformações político-estruturais. No limite, exige-se uma verdadeira desobediência epistêmica, no âmbito acadêmico e social, e desobediência política, diante das ordenações e práticas racistas e genocidas dos Estados Nacionais. Desobedecer para construir espaços de liberdade indígena. Sem isso, a atuação dos indígenas se limitará à reprodução dos padrões coloniais racistas e excludentes, ainda que com a produção de uma "elite indígena". Assim, essa MR, com indígenas de diferentes regiões e trajetórias, está pautada em um exame em torno do que a experiência no Brasil tem desenhado no âmbito da luta dos intelectuais indígenas e seus coletivos por visibilidade, transformações epistêmicas e conquistas políticas.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: